

## Seis propostas para reindustrialização

A economia brasileira vive uma grave recessão em 2015, com queda do PIB da ordem de 3%, depois de quatro anos de baixo crescimento e sem perspectivas de voltar a crescer significativamente, a médio prazo. A atrofia da indústria e dos investimentos vem provocando prejuízos evidentes para a geração de renda e empregos e desesperança no futuro. A Nação clama por uma política de desenvolvimento que represente uma saída, para além do ajuste em curso, que sinalize claramente objetivos e medidas em prol da retomada do crescimento sustentado.

Neste contexto a reindustrialização do Brasil deve ser parte fundamental da agenda de crescimento dada a capacidade do setor industrial de gerar bens com maior valor agregado, de difundir tecnologia, criar empregos de qualidade e, através de seus encadeamentos produtivos, elevar a produtividade de toda a economia.

Para isso o Grupo Reindustrialização entende necessárias seis medidas de política econômica, a serem implementadas concomitantemente com um ajuste fiscal que garanta um equilíbrio das contas públicas, além de um indispensável ambiente de estabilidade de preços. Estas medidas visam restabelecer a competitividade da maioria das indústrias brasileiras, condição necessária para a retomada tanto dos investimentos das empresas quanto do crescimento econômico.

### **Cinco medidas para retomar o crescimento:**

#### **1- adotar juros básicos e de mercado compatíveis com nossos principais concorrentes internacionais, a medida visa:**

1.1 - reduzir substancialmente os gastos com pagamento de juros sobre dívida pública que contribuirão para a elevação do déficit fiscal mesmo numa conjuntura de ajuste;

1.2 - diminuir significativamente o custo de oportunidade dos investimentos produtivos, dada a concorrência representada pela rentabilidade das aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco;

1.3 - ampliar a oferta de crédito e financiamento a custos compatíveis com o retorno dos empreendimentos e baratear o crédito aos consumidores para ampliar o mercado e reduzir a inadimplência.

**2- adotar um regime de cambio que tenha piso real, com baixa volatilidade e que garanta a competitividade às empresas brasileiras competentes ao longo do tempo, o que, no segundo trimestre de 2015 correspondia a R\$ 3,60 por US\$, para estimular a geração de valor agregado local e ampliar significativamente as exportações de produtos industrializados;**

**3- a definição do regime e da política cambial deve caber a um conselho específico (semelhante ao Conselho Monetário Nacional) e sua execução ao Banco Central.**

**4- reduzir as tarifas alfandegárias, da alíquota média real de 7,5% atual para 4,5%.** Nesta revisão, a ser feita simultaneamente com o ajuste cambial, o princípio deve ser o de reduzir mais as tarifas de matérias primas e insumos intermediários garantindo uma proteção efetiva aos produtos com mais valor agregado, visando aumentar a competitividade da produção brasileira frente aos importados e incentivar as exportações;

**5- reduzir a carga de impostos sobre investimentos e produção desonerando completamente a exportação e os investimentos produtivos,** visando ampliar a competitividade da produção brasileira;

**6- reter parte da receita de exportação de *commodities*, através de um fundo,** para reduzir a constante pressão pela apreciação cambial, visando estimular a agregação de valor nas vendas externas, sendo, no entanto, garantida uma remuneração mínima de 80% da taxa cambial vigente por cada unidade de US\$ de *commodities* exportadas;

As medidas acima enunciadas deverão ser implementadas através de ações específicas e o Grupo Reindustrialização se dispõe a debater e detalhar a estratégia e os instrumentos para alcançar os objetivos elencados.

#### **Resultados desejados a médio prazo:**

- obter o equilíbrio das contas públicas, ciclicamente ajustado, e a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo;
- alcançar o equilíbrio das contas externas (déficit em conta corrente = zero);
- sustentar uma meta de crescimento da economia que permita aproximar, de forma contínua, nossa renda per capita à dos países desenvolvidos.

São Paulo, 30 de outubro de 2015.